

Governo explica remoção à Justiça

Juiz da 4ª Vara de Fazenda Pública ouve também moradores e testemunhas sobre derrubada de barracos da Estrutural

Cristina Ávila
Da equipe do Correio

Mais uma vez o governo enfrenta a Justiça para continuar a derrubada de barracos na Estrutural. Hoje, deverá dar explicações à 4ª Vara de Fazenda Pública sobre a remoção de moradores.

Anderson Schneider

Muitas pessoas estão saindo da invasão pacificamente. Mas há algumas resistências, incentivadas por promessas do deputado José Edmar (PMDB).

Cinco processos foram impetrados nos últimos dez dias na Vara de Fazenda, pedindo a suspensão da remoção de famílias. O deputado José

Edmar garante que ganha as causas. Um de seus argumentos é o acordo firmado em 1996 pelo governo para a transferência de 2 mil barracos da invasão para alguns metros adiante, na chamada Baixa Estrutural. "O governo tem que reconhecer um acordo feito por ele mesmo."

Outro dos trunfos considerados infalíveis pelo deputado é o despacho do ministro Celso Melo, do Supremo Tribunal Federal, de setembro do ano passado. Ele decidiu manter três liminares concedidas pelo Tribunal de Justiça do DF a moradores da Estrutural, com base no

artigo 5º da Constituição, segundo o qual o lar é inviolável.

Mas representantes do governo já disseram diversas vezes que o acordo era apenas para transferência temporária. O procurador-geral do Distrito Federal, Marcello Alencar, afirma que "a matéria está vencida à exaustão". Ele ressalta que não cabe asilo inviolável em área pública, como é o caso da Estrutural. "O ministro Celso Melo observou na época que a matéria deveria ser decidida no mérito da ação, no Tribunal de Justiça do DF, onde ganhamos a questão."

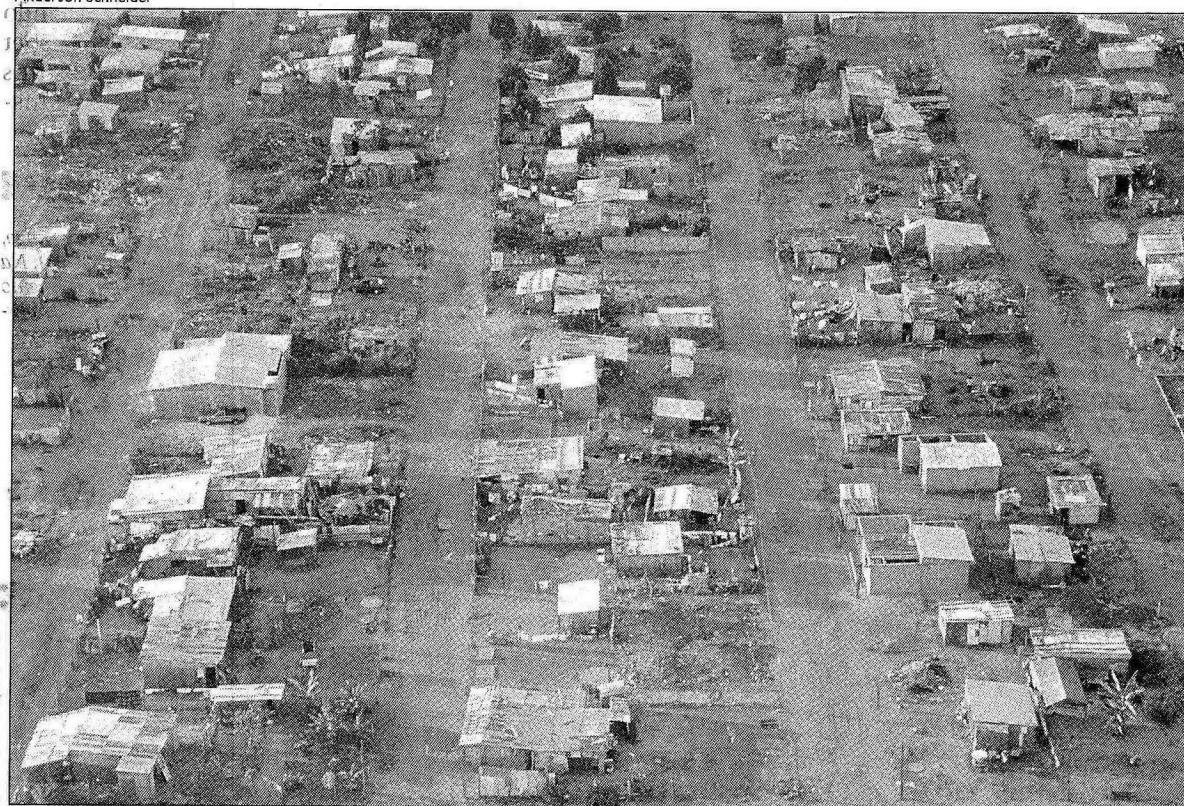
Um dos processos impetrados ago-

ra está na 4ª Vara da Fazenda Pública. O juiz Roberval Casemiro Belinati encaminhou-o na última quinta-feira ao Ministério Público. E tem hoje uma audiência para ouvir as justificativas do governo. Ele determinou que seja suspensa a derrubada dos barracos de 16 famílias que fazem parte de uma ação de manutenção de posse.

Roberval Belinati vai ouvir moradores, governo e testemunhas. "Os moradores acreditam que a posse está protegida pelo acordo que fizeram com o governo. Depois da audiência, há duas alternativas. Ou indefiro o pedido ou concedo uma li-

minar até o julgamento final do processo, que pode durar três meses ou anos."

Enquanto alguns barracos são poupados até decisões da Justiça, outras derrubadas continuam. Todos os dias. Segundo o coordenador das ações do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab), Paulo Valério, cerca de 3 mil casebres já foram demolidos desde novembro do ano passado. Ele disse que nesta semana começa a remoção de mais 1.200 famílias para um novo assentamento em Planaltina. Não há prazo para terminar.



Desde novembro do ano passado, 3 mil barracos já foram demolidos da Estrutural, segundo as contas do Idhab

MEMÓRIA

SE NÃO VAI POR BEM, VAI POR MAL

Existem 2.200 famílias na Estrutural, segundo as contas do coordenador das ações do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab), Paulo Valério. Ele calcula que perto de 1.500 estejam cadastradas em levantamentos feitos pelo Idhab com direito a lote. "Quem não estiver neste registro não será atendido, mesmo que esteja dentro dos critérios da política habitacional (morar cinco anos no DF, não ter outro imóvel e ter renda até cinco salários mínimos)."

O administrador-militar da Estrutural, major Wolney Rodrigues, afirma que desde 5 de maio, diariamente 15 famílias estão deixando a invasão espontaneamente. Segundo ele, quem tem direito a lote pode escolher ser transferido para assentamentos do governo. E quem

não se enquadra nos critérios da política de habitação pode receber passagens para seu estado de origem ou até R\$ 200,00 para o primeiro mês de aluguel.

Mas a derrubada de pelo menos dois barracos demonstra que nem todos saem voluntariamente. "Eu estava só com minha filha grávida em casa, quando os policiais chegaram. Não tive nem chance de conversar. Fiquei apavorada", conta Ailza Gomes, líder apadrinhada por José Edmar, conhecida como dona Nena, que teve sua casa demolida no dia 7 passado. No mesmo dia em que foi abatido a moradia de Marlene Mendes, que esteve a frente de todas as brigas dos invasores até setembro de 1997, quando tinha o apoio do deputado.

Apesar da nomeação do major, em julho do ano passado, para pôr ordem na invasão, os conflitos continuam. Há alguns dias, o próprio deputado José Edmar foi atingido por uma pedra no pescoço, em uma reunião com moradores. Não se sabe quem foi o agressor.

Wolney Rodrigues foi nomeado administrador-militar dias depois de um confronto entre 2 mil moradores e um pelotão de 1,7 mil soldados. Com tiros, pedras, fogo e coquetéis molotov. As derrubadas de barracos e os confrontos não pararam. "Esse maior plantou pavor na cidade. Até nas crianças, que morrem de medo dele e de seus policiais, por causa da violência", descreve José Edmar.

Ele arreda pé da Estrutural. Mas não se ilude que pode conquistar uma enxurrada de votos dos moradores, apesar de calcular que a invasão tenha 5 mil eleitores. "No máximo, sendo muito otimista, levo uns 500. Lá tem para todos os partidos e até para candidatos das 19 igrejas evangélicas."

Porém, o discurso político de suas brigas vale ouro. "Uns 60 a 70% da população do Distrito Federal são desfavoráveis à permanência dos moradores na Estrutural". Mas conta com, pelo menos 3% dos que aprovam, que dão 9 mil votos.